

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TANISE SACILOTO SLOMP

**EVIDENCIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL PELAS EMPRESAS DO
SEGMENTO DE CARNES E DERIVADOS LISTADAS NA BM&FBOVESPA/B3**

CAXIAS DO SUL

2017

TANISE SACILOTO SLOMP

**EVIDENCIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL PELAS EMPRESAS DO
SEGMENTO DE CARNES E DERIVADOS LISTADAS NA BM&FBOVESPA/B3**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Dr. Alex Eckert
Orientador TCC II: Prof. Dr. Alex Eckert

CAXIAS DO SUL

2017

TANISE SACILOTO SLOMP

**EVIDENCIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL PELAS EMPRESAS DO
SEGMENTO DE CARNES E DERIVADOS LISTADAS NA BM&FBOVESPA/B3**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Dr. Alex Eckert
Orientador TCC II: Prof. Dr. Alex Eckert

Aprovado (a) em ____/____/____

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Dr. Alex Eckert
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof. Marlei Salete Mecca
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. José Alberto Momoli
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dedico a minha família e amigos, que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando e que muito contribuíram para que este trabalho atingisse seus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Alex Eckert, pela sua competência e conhecimento transmitido durante todo o desenvolvimento desta monografia. Agradeço de forma toda especial, minha mãe Tânia, minha irmã Roberta, meu cunhado Dionatan e meu marido Eduardo pela paciência, compreensão e apoio dedicados, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e por acreditarem em minhas escolhas, apoiando-me e esforçando-se junto a mim, para que eu suprisse todas elas.

“Sucesso é acordar de manhã – não importa quem você seja, onde você esteja, se é velho ou jovem – e sair de cama porque existem coisas importantes que você adora fazer, nas quais você acredita, e nas quais você é bom. Algo que é maior que você e que você quase não aguenta esperar para fazer hoje.”

Whit Hoss

RESUMO

Um novo modelo de gestão empresarial aborda o conceito de sustentabilidade, o qual refere-se a garantir o bem-estar das pessoas no momento presente e desenvolver produtos que não venham a prejudicar as gerações futuras de usufruir a vida, ou seja, promover o desenvolvimento sustentável. Desta forma, este trabalho teve por objetivo identificar, com base nas evidências apresentadas no relatório de sustentabilidade das empresas do subsetor de alimentos processados, listadas na bolsa de valores B3, quais delas desempenha de maneira mais efetiva seu papel de Responsabilidade Social Empresarial. Para atingir o objetivo proposto, elaborou-se uma pesquisa fundamentada em estudo de caso, bibliográfico, documental, descritiva e qualitativa. Os resultados encontrados indicaram que as empresas analisadas não divulgam de maneira adequada, em relação as disposições contidas na NBC T 15, as informações de natureza social e ambiental.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial. NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental. Relatório de Sustentabilidade. Segmento de carnes e derivados. BM&FBovespa.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de informações a serem divulgadas da NBC T 15.....	18
Quadro 2 – Princípios para definição de conteúdo do relatório.....	21
Quadro 3 – Princípios para assegurar a qualidade do relatório	22
Quadro 4 – Partes interessadas (stakeholders)	25
Quadro 5 – Classificação dos setores e subsetores	29
Quadro 6 – Empresas do segmento de carnes e derivados	30
Quadro 7 – Informações relacionadas ao meio ambiente	33
Quadro 8 – Avaliação do quesito A	36
Quadro 9 – Avaliação do quesito B	38
Quadro 10 – Avaliação do quesito C.....	39
Quadro 11 – Avaliação do quesito D	42
Quadro 12 – Avaliação do quesito E	44
Quadro 13 – Avaliação do quesito F	45
Quadro 14 – Avaliação do quesito G	46
Quadro 15 – Avaliação do quesito H.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Investimentos e gastos com melhorias do meio ambiente (R\$ milhões)..	34
Tabela 2 – Investimento e gastos com recuperação de ambientes degradados (R\$ milhões).....	36
Tabela 3 – Investimentos e gastos com a educação ambiental interna (R\$ milhões)	38
Tabela 4 – Investimentos e gastos com a educação ambiental interna (R\$ milhões)	39
Tabela 5 – Investimentos e gastos com outros projetos ambientais (R\$ milhões)	42
Tabela 6 – Avaliação dos quesitos conforme adequação da NBC T 15.....	48

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	11
1.2	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.3	OBJETIVOS	13
1.3.1	Objetivo geral	13
1.3.2	Objetivos específicos	13
1.4	ESTRUTURA DO ESTUDO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	CONTABILIDADE	15
2.2	RESPONSABILIDADE SOCIAL	15
2.3	NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE NBC T 15: INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL AMBIENTAL	17
2.4	BALANÇO SOCIAL	18
2.5	RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	20
2.6	SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	22
2.7	CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PARTES INTERESSADAS	24
2.8	BM&FBOVESPA - A NOVA BOLSA DE VALORES B3	25
2.9	ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL –ISE	26
3	METODOLOGIA	27
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	27
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	28
4	DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	29
4.1	DEFINIÇÃO DA AMOSTRA	29
4.1.1	Classificação adotada pela BM&FBOVESPA/B3	29
4.1.2	Segmento de Carnes e Derivados	30
4.1.3	Empresas Selecionadas	31
4.1.3.1	BRF S.A.	31
4.1.3.2	JBS S.A.	32
4.1.3.3	Marfrig Global Foods S.A.	32

4.1.3.4	Minerva S.A.....	33
4.2	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	33
4.2.1	Explicação dos quesitos da NBC T 15	33
4.2.2	Obtenção dos Dados para a Pesquisa	34
4.2.3	Análise dos Quesitos.....	34
4.2.3.1	Quesito A: Gastos para melhoria do Meio Ambiente	34
4.2.3.2	Quesito B: Gastos com preservação e/ou recuperação de ambientes degradados.....	36
4.2.3.3	Quesito C: Gastos com a educação ambiental interna.....	38
4.2.3.4	Quesito D: Gastos com a educação ambiental externa.....	40
4.2.3.5	Quesito E: Gastos com outros projetos ambientais	42
4.2.3.6	Quesito F: Quantidade de processos ambientais contra a entidade	44
4.2.3.7	Quesito G: Valores das multas e indenizações relativas a matéria ambiental	45
4.2.3.8	Quesito H: Passivos e contingências ambientais	46
4.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
5	CONCLUSÃO	50
	REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Um novo modelo de gestão empresarial aborda o conceito de sustentabilidade, o qual refere-se a garantir o bem-estar das pessoas no momento presente e desenvolver produtos que não venham a prejudicar as gerações futuras de usufruir a vida, ou seja, promover o desenvolvimento sustentável. As empresas são os agentes que geram riqueza material e demais tipos de riquezas, portanto, precisam promover o desenvolvimento sustentável, mensurá-lo, registrá-lo em seus demonstrativos, e evidenciá-los à sociedade (ALBERTON et al., 2004).

Nas empresas, acredita-se que apenas a visão do lucro é insuficiente para alcançar os objetivos da entidade. Para a empresa possuir continuidade, é necessário atender às necessidades dos Stakeholders, ou seja, todos os agentes envolvidos: clientes, fornecedores, financiadores de recursos financeiros, governos, comunidade, funcionários e acionistas. Priorizando os funcionários e a sociedade com ênfase no aspecto ambiental (TINOCO, 2010).

Prova disso é a afirmação de Savitz (2007, p.2), “Uma empresa sustentável é aquela que gera lucro para os acionistas, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a qualidade de vida das pessoas com que mantém interações”.

Desta forma, este trabalho apresentará um estudo sobre a Responsabilidade Social Empresarial e sua importância para as organizações no contexto atual, com base na análise do Relatório de Sustentabilidade, considerando a observância das disposições contidas na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T15), que trata da divulgação das informações de natureza social e ambiental. A referida norma estabelece a evidenciação de informações que tratam da: geração e distribuição de riqueza; recursos humanos; interação da entidade com o ambiente externo; e a interação com o meio ambiente.

A Responsabilidade Social Empresarial é um tema atual, porém pouco visto no ambiente acadêmico. No entanto, é de extrema importância para os fins empresariais, contendo informações relevantes sobre determinada empresa.

Sob o ponto de vista acadêmico, acredita-se que esta pesquisa auxiliará no desenvolvimento de novos estudos, por ser um assunto pouco difundido no meio

acadêmico, para melhor reconhecimento e evidenciação da importância da Responsabilidade Social Empresarial.

A escolha desse tema é importante para o âmbito profissional, pois demonstrará a importância da elaboração do relatório de sustentabilidade, dentro de uma organização, pois este, reúne informações que auxiliam no planejamento de tomada de decisão futura, ressaltando a questão ambiental que leva a instituição a não pensar somente no agora, mas sim no futuro onde não importa somente o âmbito financeiro, mas também o econômico, o social e o ambiental.

Diante do exposto, entende-se que o tema apresentado é importante, tanto para fins acadêmicos, científicos e profissionais, justificando-se plenamente a sua realização.

Espera-se encontrar evidências de que a empresa estudada, está apresentando o devido retorno a sociedade e ao meio ambiente a partir de seus investimentos, ou seja, se está cumprindo seu papel de Responsabilidade Social.

1.2 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A contabilidade é uma ferramenta essencial para o controle de um empreendimento. Por meio dela é possível extrair uma série de informações importantes para a tomada de decisão. Estas informações são encontradas nas demonstrações contábeis que são utilizadas pelos administradores para prestar contas sobre os aspectos públicos de responsabilidade da empresa perante aos acionistas, o governo e a comunidade em geral. A missão da Contabilidade, como ciência, é de reportar informação contábil, financeira, econômica, social, ambiental, física, de produtividade e de qualidade, com sustentabilidade, buscando o desenvolvimento sustentável.

A Responsabilidade Social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos, e não apenas dos acionistas ou proprietários.

Os relatórios de sustentabilidade focalizam os processos pelos quais a empresa mede, comunica e desenvolve seus valores, processos, objetivos e metas. O relatório é uma ferramenta para a promoção desses objetivos, à medida em que se torna uma referência como indicador da gestão empresarial com enfoque social e ambiental. Além de impulsionar maior transparência nos impactos críticos e relevantes de natureza ambiental, social e econômica.

Deste modo, o presente estudo interpretará o relatório de sustentabilidade e sua perspectiva de análise, buscando gerar dados de ações efetivas de investimento da organização junto ao meio ambiente e a sociedade em que está inserida, verificando seu alinhamento com o NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental.

Portanto, a questão de pesquisa a ser respondida é: Com base nas evidências apresentadas nos relatórios de sustentabilidade das empresas do segmento de Carnes e Derivados, listadas na BM&FBovespa/B3, quais delas desempenha de maneira mais efetiva seu papel de Responsabilidade Social Empresarial?

O propósito é analisar mais especificamente os aspectos voltados ao meio ambiente, conforme abrangido pela NBC T 15, que trata de informações de natureza social e ambiental.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é identificar com base nas evidências apresentadas no Relatório de Sustentabilidade das empresas do segmento de carnes e derivados, listadas na BM&FBOVESPA/B3, quais delas desempenha de maneira mais efetiva seu papel de Responsabilidade Social.

1.3.2 Objetivos específicos

Foram definidos os seguintes objetivos:

- Fazer o levantamento bibliográfico dos principais conceitos relacionado ao tema proposto.

- Apresentar os principais grupos que compõe a NBC T15 - Informações de Natureza Social e Ambiental.
- Apresentar as empresas que fazem parte da pesquisa.
- Elencar os itens da dimensão ambiental.
- Buscar no relatório de sustentabilidade correspondências aos itens da dimensão do meio ambiente.
- Apresentação dos resultados encontrados.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo é apresentada uma contextualização do tema, bem como os objetivos, a questão de pesquisa.

No segundo capítulo são apresentados diversos aspectos teóricos para o entendimento em referência à responsabilidade social empresarial e o desenvolvimento sustentável. O objetivo deste capítulo é evidenciar o emprego do relatório de sustentabilidade nas organizações como uma ferramenta de gestão que auxilia na toma da decisão futura, contemplando o âmbito econômico, o social e o ambiental.

No terceiro capítulo é apresentado a metodologia, onde são estruturados os procedimentos de coleta de dados. O Relatório de Sustentabilidade e seus principais dados a serem analisados serão apresentados.

No quarto capítulo é realizado o estudo de caso, através da análise do item e desempenho ambiental NBC T 15, é descrita uma breve apresentação sobre a instituição a ser estudada, analisando seu perfil corporativo e o desempenho econômico e estratégico, partindo de um estudo de caso, sendo a principal ferramenta utilizada o relatório de sustentabilidade. Evidenciando este, as informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

Ao final, no quinto capítulo apresenta-se a conclusão da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE

A Contabilidade é considerada um sistema de informações que tem como objetivo auxiliar o gerenciamento das entidades para que estas possam garantir sua continuidade. É definida, segundo Tinoco e Kraemer (2011, p.8), como:

Em nosso entendimento, a Contabilidade é objetivamente um sistema de mensuração, avaliação e divulgação, centrado nos usuários da informação, destinado a provê-los (os usuários) com demonstrações contábeis e outros meios de transparência, permitindo-lhes análises de natureza econômica, financeira, social, ambiental, física e de produtividade das empresas (entidades de caráter geral).

De acordo com Ludícibus, Marion e Faria (2012), o objetivo da Contabilidade é de fornecer informações de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade social, aos usuários internos e externos à entidade, objeto da Contabilidade.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Hoss et al. (2012) afirmam que a Ciência Contábil está relacionada diretamente ao controle do patrimônio, na apuração de resultados e no fornecimento de informações aos usuários que tenham interesse no desempenho econômico e financeiro de pessoas, empresas e países, para melhor tomarem suas decisões.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

De acordo com o Instituto Ethos (2017), a Responsabilidade Social significa mudança de atitude, numa perspectiva de gestão empresarial com foco na qualidade das relações e na geração de valor para todos, isto é, uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social.

Para Morcerf (2006), a Responsabilidade Social é considerada uma nova forma de gestão empresarial. Uma gestão ética e transparente, baseada em princípios e valores que estabelece mecanismos de diálogos com seus diferentes públicos, busca inserir ao negócio da empresa as expectativas dos Stakeholder.

Por contemplar todas as partes interessadas pela organização, a gestão socialmente responsável resulta em sustentabilidade para a operação da empresa, uma vez que possibilita o gerenciamento de impactos ambientais, de questões legais e trabalhistas e desenvolvimento social e comunitário da área de influência das organizações (MORCERF, 2006).

Para Lourenço e Schröder (2002), a Responsabilidade Social tem despertado o interesse de altos executivos à frente das organizações, envolvendo a busca de novas oportunidades como uma maneira de responder às demandas ambientais, sociais e econômicas do mercado.

No atual cenário econômico verifica-se, a importância no que diz respeito às práticas de Responsabilidade Social Empresarial nas organizações. A RSE é definida segundo o Instituto Ethos (2005, p. 5), como:

A Responsabilidade Social Empresarial é a forma de gestão que define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatível com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

A Responsabilidade Social Empresarial é definida segundo Ashley, (2005, p. 6 e 7), como:

[...] o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização, nesse sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos. Assim, numa visão expandida, responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Para Tinoco (2001), o conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) está associado ao reconhecimento de que as decisões e os resultados das atividades das companhias alcançam um universo de agentes sociais muito mais amplos do que o composto por seus sócios e acionistas. Desta forma, a responsabilidade social corporativa, ou cidadania empresarial, como também é chamada, enfatiza o impacto das atividades das empresas para os agentes com os

quais interagem: empregados, fornecedores, clientes, consumidores, colaboradores, investidores, competidores, governos e comunidades.

Segundo Fachin (2001), problema é uma questão ainda sem solução, objeto de discussão e de muito estudo, sendo algo significativo que, a princípio, não tem respostas explicativas, pois a solução, a resposta ou explicação se farão por intermédio do desenvolvimento da pesquisa. Na mesma direção, Gil (1991), problema é qualquer questão que não possui resposta e que é objeto de discussão, em qualquer domínio de conhecimento.

O problema deve representar algo realista e ao mesmo tempo desafiador, baseado em dados e/ou fatos que permitam o pesquisador buscar a resposta ainda não conhecida.

2.3 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE NBC T 15: INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL AMBIENTAL

As normas brasileiras de contabilidade têm como finalidade orientar os profissionais contábeis sobre como devem ser mensuradas e evidenciadas as atividades e a geração das informações relacionadas às atividades empresariais (KRUGER et al., 2017).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 1.003/04, aprovou em 19 de agosto de 2004 a NBC T.15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

A NBC T. 15 estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

Essa norma, que entrou em vigor em 2006, estabelece procedimentos a serem seguidos pelas empresas para evidenciar informações de natureza social e ambiental, a fim de mostrar à sociedade sua participação e responsabilidade social. Importante destacar que tal evidenciação, quando realizada, deve ser divulgada de maneira complementar às demonstrações contábeis das empresas (CFC, 2004).

Segundo Kruger, Schussler e Alberton (2012), a importância das informações da NBC T.15 é de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das entidades por meio das informações de natureza social e ambiental, enfatizando as práticas e a gestão das ações desenvolvidas pelas organizações.

Quadro 1 – Tipos de informações a serem divulgadas da NBC T.15

Itens da Norma	Informações a serem divulgadas
Geração e Distribuição de Riqueza	A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T.3.3 – Da Demonstração do Resultado.
Recursos Humanos	Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.
Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.
Interação com o Meio Ambiente	Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados: A) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; B) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; C) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; D) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; E) investimentos e gastos com outros projetos ambientais; F) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; G) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; H) passivos e contingências ambientais.

Fonte: Elaborado pela autora com base na NBC T.15 (2004).

O Quadro 1 demonstra resumidamente as informações de natureza social e ambiental na NBC T.15. Estas informações, quando divulgadas, devem ser efetuadas como informações complementares às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

2.4 BALANÇO SOCIAL

Segundo Quintana (2007), o Balanço Social é um instrumento capaz de reunir elementos e informações, das atividades das organizações que estejam voltadas para o interesse social, demonstrando e dimensionando os valores que estas empresas dão como retorno a sociedade e ao meio ambiente onde estão inseridas. No entanto, não há a obrigatoriedade de apresentação, por parte das empresas, de um demonstrativo contábil que reúna informações relativas às atividades e

programas desenvolvidos junto aos funcionários ou a sociedade, com base em dados econômicos e financeiros, sob um aspecto social.

De acordo com Ludícibus (2000 p. 31), o Balanço Social:

[...] busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua.

É facultativa a apresentação de um demonstrativo que apresente quais os recursos ambientais estão sendo extraídos do meio ambiente e em que condições e proporções estão sendo repostos. O Balanço Social é considerado um instrumento de gestão que espelha de uma maneira clara e concisa todas as atitudes das empresas e de seus administradores, como forma de atender a uma cobrança de ética e responsabilidade por parte da sociedade a seus gestores. Esta ferramenta contábil revela o comprometimento ou não das organizações em relação a comunidade onde exploram suas atividades. Desta forma, a divulgação do Balanço Social poderá ser utilizada pelas empresas comprometidas com o fim social para obtenção de reconhecimento e respeito da comunidade (QUINTANA, 2007).

Segundo Tinoco e Kraemer (2011, p. 14) o Balanço Social:

[...] é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários.

Segundo Pinto e Ribeiro (2004), o Balanço Social é uma demonstração que tem por finalidade tornar pública a responsabilidade social das organizações. Esse instrumento vem sendo amplamente discutido, pois, fornece dados aos usuários da informação contábil a respeito das políticas internas voltadas à promoção humana de seus empregados e à qualidade de vida nas organizações; sobre a formação e distribuição da riqueza; da postura das entidades em relação ao meio ambiente e quanto a contribuições espontâneas à comunidade.

Dessa forma, o Balanço Social vai além de uma demonstração contábil e pode ser considerado como um instrumento de informações que caracterizam o cumprimento das Responsabilidades Sociais de uma Empresa.

2.5 RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

O relatório de sustentabilidade por sua vez, é mais abrangente que o balanço social, pois evidencia as práticas adotadas pelas empresas no intuito de buscar o desenvolvimento sustentável, através de medidas que possibilitem melhores condições de vida para a sociedade, e que demonstre atitudes de preservação do meio ambiente (FERREIRA et al., 2017).

De acordo com Ferreira et al. (2017), é importante assegurar a confiabilidade e comparabilidade das informações a serem destacadas nos dados contábeis para o relatório de sustentabilidade, sendo necessária à utilização de um modelo de relatório que contenha indicadores baseado na abordagem triple bottom line, que define uma atuação orientada para a integração dos três componentes do desenvolvimento sustentável – crescimento econômico, equidade social e proteção ao meio ambiente.

A Global Reporting Initiative (2017), é uma organização internacional e independente que ajuda as empresas, governos e outras organizações a compreender e comunicar o impacto dos negócios em questões críticas de sustentabilidade, como as mudanças climáticas, os direitos humanos, a corrupção e muitos outros. Produzem os padrões mais confiáveis e amplamente utilizados para relatórios de sustentabilidade.

Os relatórios de sustentabilidade são realizados por empresas e organizações de todos os tipos, tamanhos e setores. Das 250 maiores corporações do mundo, 93% relatam seu desempenho em sustentabilidade e 82% delas usam os Padrões da GRI para fazê-lo (GRI, 2017).

De acordo com a GRI (2017), elaborar relatórios de sustentabilidade consiste na prática de medir, divulgar e prestar contas, às várias partes interessadas, sobre o desempenho das organizações, visando atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável. Um relatório de sustentabilidade deve fornecer uma declaração equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade da organização nele representada, incluindo tanto as contribuições positivas, como as negativas.

Os relatórios de sustentabilidade baseados na estrutura definida pela GRI (2017), divulgam resultados e também consequências, que ocorreram durante o período relatado, no contexto dos compromissos, da estratégia e da abordagem de

gestão adaptados pela organização. Os relatórios podem ser utilizados para outros objetivos, além dos seguintes:

- ✓ Benchmarking e avaliação do desempenho de sustentabilidade relativamente a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias;
- ✓ Demonstração da forma como a organização influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável;
- ✓ Comparação do desempenho no âmbito de uma organização e entre diferentes organizações, ao longo do tempo.

O relatório de sustentabilidade apresentado pela GRI (2017) baseia-se em um tripé onde são evidenciados os impactos econômicos, ambientais e sociais com o objetivo de garantir a transparência de informações foram estabelecidos princípios para definir o conteúdo, garantir a qualidade e estabelecer os limites do relatório.

Quadro 2: Princípios para definição de conteúdo do relatório

PRINCÍPIOS PARA DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO DO RELATÓRIO	
Princípios	Conceito
Inclusão de stakeholders	A organização deve identificar seus stakeholders e explicar no relatório as medidas que adotou para responder às expectativas e interesses razoáveis dessas partes.
Contexto da sustentabilidade	O relatório deve descrever o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade.
Materialidade	o relatório deve abordar Aspectos que: Ÿ- Reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização; ou Ÿ Possam influenciar, substantivamente, as avaliações e decisões de stakeholders.
Compleitude	A cobertura de Aspectos materiais e seus limites deve ser suficientemente ampla para refletir impactos econômicos, ambientais e sociais significativos e permitir que stakeholders avaliem o desempenho da organização no período analisado.

Fonte: Elaborado pela autora com base na GRI (2017).

Os princípios para definição do conteúdo do relatório descrevem o processo necessário para identificar os conteúdos que devem ser incluídos no relatório, levando em conta as atividades e impactos da organização e as expectativas e interesses substanciais de seus Stakeholders.

Quadro 3: Princípios para assegurar a qualidade do relatório

PRINCÍPIOS PARA ASSEGURAR A QUALIDADE DO RELATÓRIO	
Princípios	Conceito
Equilíbrio	Princípio: O relatório deve refletir Aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do seu desempenho geral.
Comparabilidade	A organização deve selecionar, compilar e relatar as informações de forma consistente. As informações relatadas devem ser apresentadas de modo que permita aos stakeholders analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e subsidiar análises relacionadas a outras organizações.
Exatidão	As informações devem ser suficientemente precisas e detalhadas para que os stakeholders possam avaliar o desempenho da organização relatora.
Tempestividade	A organização deve publicar o relatório regularmente e disponibilizar as informações a tempo para que os stakeholders tomem decisões fundamentadas.
Clareza	A organização deve disponibilizar as informações de forma compreensível e acessível aos stakeholders que usam o relatório.
Confiabilidade	A organização deve coletar, registrar, compilar, analisar e divulgar as informações e processos usados na elaboração do relatório de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e materialidade das informações.

Fonte: Elaborado pela Autora com base na GRI (2017).

Esse grupo de princípios orienta escolhas para garantir a qualidade das informações relatadas, inclusive da sua apresentação. As decisões relacionadas ao processo de preparação de informações a serem incluídas no relatório devem ser compatíveis com esses princípios. Todos eles são fundamentais para garantir uma transparência efetiva. A qualidade das informações permite que os stakeholders realizem avaliações consistentes e justas e tomem medidas adequadas. (GRI, 2017).

2.6 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Atualmente a inserção da sustentabilidade empresarial nos processos decisórios das organizações se mostra relevante para a continuidade de seus negócios e da sociedade em geral. Por isso, as empresas podem agregar a sustentabilidade no seu planejamento estratégico (VELLANI, 2011).

As empresas que adotam procedimentos socialmente responsáveis e que visam muito além do lucro financeiro, alcançarem o bem estar social, são consideradas sustentáveis. Dentro dessa lógica, (Freitas, 2011, p. 40-41) conceitua a sustentabilidade:

Trata-se do princípio constitucional que determina, independentemente de regulamentação legal, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar físico, psíquico e espiritual, em consonância homeostática com o bem de todos.

Segundo Vellani (2011), a finalidade da empresa é a geração de lucros e quando essa lucratividade estiver agregada a preocupação ecológica e social, a sustentabilidade estará presente. Ao mesmo tempo em que proporciona valor aos seus acionistas, a empresa também pode fornecer educação, cultura, lazer e justiça social.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Azevedo (2006) considera a sustentabilidade empresarial sendo aquela que procura considerar em suas ações as dimensões econômica, social e ambiental. Ou seja, a empresa continua visando o lucro, mas, passa a considerar o impacto de suas atividades no meio ambiente procurando amenizá-las de maneira eficiente, desempenhando ao mesmo tempo ações de cunho social, seja em benefício de seus funcionários ou da comunidade.

A sustentabilidade pode ser benéfica no campo dos negócios. De acordo com Savitz e Weber (2007) em três aspectos. O primeiro deles seria o relacionado à proteção da organização no que diz respeito aos possíveis prejuízos a clientes, colaboradores e sociedade, permitindo uma antecipação aos problemas, evitando-os e garantindo a sua permanência no mercado. No que tange a gestão da empresa pode-se obter redução de custos através da eliminação dos desperdícios, tal qual a redução no consumo de recursos, que resultará em menores impactos ambientais. Tais medidas de redução de riscos, também permitem o acesso ao capital menos oneroso. O crescimento da empresa será inevitável, seja pela fidelização dos atuais clientes ou pela conquista de novos mercados, atentos aos princípios socioambientais, bem como parcerias com companhias preocupadas com a questão sustentabilidade.

Para o Instituto Ethos (2017), o conceito de desenvolvimento sustentável está hoje totalmente integrado ao conceito de responsabilidade social: não haverá crescimento econômico em longo prazo sem progresso social e também sem cuidado ambiental. Todos os lados devem ser vistos e tratados com pesos iguais. Mesmo porque estes são aspectos inter-relacionados. Da mesma forma que o crescimento econômico

não se sustenta sem uma equivalência social e ambiental, programas sociais ou ambientais corporativos não se sustentarão se não houver o equilíbrio econômico da empresa.

Para Gonçalves (1984), durante muitos séculos, as demonstrações contábeis foram direcionadas unicamente para uso dos proprietários, posteriormente, transformaram-se em informações externas para investidores, credores, fisco e outras entidades interessadas no patrimônio das organizações. A partir dos anos 60 nos Estados Unidos da América e na década de 70 na Europa, particularmente na França, a sociedade passou a cobrar maior responsabilidade social das empresas em consequência disso seu uso expandiu-se para fins sociais.

Segundo Martins (1997), a empresa, para atingir seus fins, consome recursos naturais, utiliza capitais financeiros e tecnológicos, utiliza, também, a capacidade de trabalho da comunidade em que está inserida e, por fim, subsiste em função da organização do Estado. Assim, a empresa gira em função da sociedade e do que a ela pertence a empresa é uma célula da sociedade, portanto, deve, em troca, no mínimo prestar-lhe contas da eficiência com que usa esses recursos.

Conforme Barbieri e Cajazeira (2008), a empresa sustentável é a que procura incorporar os conceitos e objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável em suas políticas e práticas de modo consistente. Contribuir para o desenvolvimento sustentável é o objetivo dessa empresa e a responsabilidade social, o meio para tornar a sua contribuição efetiva.

2.7 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PARTES INTERESSADAS

Para Lourenço e Schröder (2003), as partes interessadas (ou stakeholders) são qualquer grupo dentro ou fora da organização que tem interesse do desempenho da organização. Cada parte interessada tem um critério diferente de reação, pois tem um interesse diferente da organização. A responsabilidade social de uma empresa deve considerar todas as relações e práticas existentes entre as chamadas partes interessadas ligadas à organização (stakeholders) e o ambiente as quais pertence.

Conforme Rocha (2010), os stakeholders são os públicos de interesse, grupos ou indivíduos que afetam e são significativamente afetados pelas atividades da organização, ou seja, clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores,

distribuidores, imprensa, governo, comunidade, entre outros.

Quadro 4: Partes interessadas (stakeholders)

Stakeholders	Contribuições	Demandas Básicas
Acionistas	Capital	Lucros e dividendos; Preservação do Patrimônio
Empregados	Mão-de-obra; Criatividade; Ideias	Salários justos; Saúde e Segurança no Trabalho; Realização Pessoal; Condições de Trabalho
Fornecedores	Mercadorias	Respeito aos Contratos; Negociação Legal
Clientes	Dinheiro; Fidelidade	Segurança dos Produtos; Boa qualidade nos produtos; Preço acessível; Propaganda honesta
Comunidades/Sociedade	Infra-estrutura	Respeito aos interesses comunitários; Contribuição à melhoria da qualidade de vida da comunidade; Conservação dos recursos naturais; Proteção ambiental; Respeito aos recursos Minorais
Governo	Suporte Institucional; Jurídico e Político	Obediência às leis; Pagamento de tributos
Concorrentes	Competição; Referência de Mercado	Lealdade na Concorrência

Fonte: Elaborado pela autora com base LOURENÇO e SCHRODERI (2003).

O Quadro 4 apresenta as partes interessadas da empresa e o resumo de como deveria se dar o relacionamento entre ambos em empresas socialmente responsáveis.

2.8 BM&FBOVESPA - A NOVA BOLSA DE VALORES B3

De acordo com o site da BM&FBovespa (2017) a B3 foi criada em 30 de março de 2017. Resultado da combinação de atividades entre a BM&FBOVESPA, uma das maiores bolsas do mundo em valor de mercado, e a Cetip, a maior depositária de títulos privados de renda fixa da América Latina.

A B3 S.A. (BVMF3) é uma empresa de infraestrutura de mercado financeiro de classe mundial e uma das maiores em valor de mercado, entre as líderes globais do setor de bolsas. Resultado da combinação de atividades entre a BM&FBOVESPA e a Cetip, cria e administra – em ambiente de bolsa e de balcão – sistemas de negociação, compensação, liquidação e registro para todas as principais classes de ativos, desde ações e títulos de renda fixa privada até derivativos de moedas, taxas de juro e de commodities, além de operações estruturadas e registro de ônus e gravames.

Com sede em São Paulo a desempenha funções importantes nos mercados financeiros e de capitais da região pela promoção de melhores práticas em

governança corporativa, gestão de riscos e sustentabilidade.

2.9 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL –ISE

O Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BM&FBOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas. (BM&FBOVESPA, 2017).

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Em relação aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa fundamentada em estudo de caso. Segundo Gil (2009), o estudo de caso pode ser considerado um delineamento em que são utilizados diversos métodos ou técnicas de coleta de dados, como, por exemplo, a observação e a entrevista. Ainda, de acordo com Gil (2009), os estudos de caso são utilizados com propósitos exploratórios, adequados para ampliar o conhecimento do pesquisador acerca de fenômenos ainda pouco conhecidos. Podem ser desenvolvidos com o propósito de formulação de problemas para uma investigação mais criteriosa, bem como para a formulação de hipóteses. Também podem ser utilizados para identificar padrões de comportamento com vistas à construção de instrumentos padronizados para coleta de dados. O que caracteriza estes estudos é o fato de não serem definitivos, já que visam subsidiar a realização de pesquisas futuras.

Após o estudo de caso foi feita uma pesquisa documental, que, por sua vez examina a realidade presente, investigando documentos com o intuito de apresentar e confrontar costumes, diferenças e entre outros (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2002). Nesse sentido, Carvalho (1989) afirma que este procedimento é muito utilizado nas Ciências Sociais e que para a realização da pesquisa pode-se utilizar fontes primárias, ou seja, os documentos e as fontes secundárias, como por exemplo, dados estatísticos.

Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica, Gil (2008) explica que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos. Apesar de praticamente todos os outros tipos de estudo exigirem trabalho dessa natureza, há pesquisas exclusivamente desenvolvidas por meio de fontes bibliográficas.

Já em relação aos objetivos do estudo, tem-se como referência a pesquisa descritiva, que de acordo com Cervo, Bervian e Silva (2002) tem por objetivo observar, analisar e registrar fenômenos, fatos ou problemas de relevância. Segundo Gil (2008), uma de suas peculiaridades da pesquisa descritiva está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Quanto à forma de abordagem do problema, pode ser classificada como qualitativa. Conforme Lakatos e Marconi (2011), a abordagem qualitativa implica em analisar e aprofundar as situações sociais mantendo uma reflexão contínua e observando detalhes sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. Segundo Lakatos e Marconi (2011), na pesquisa qualitativa, primeiramente faz-se a coleta dos dados a fim de poder elaborar o conjunto de conceitos, princípios e significados. O esquema conceitual pode ser uma teoria elaborada, com um ou mais resultados. Desse modo, faz-se necessário correlacionar a pesquisa com o universo teórico.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica acerca do tema em livros, artigos e outras fontes.

Após, foi feita a escolha das empresas do segmento de Carnes e derivados, listadas na BM&FBovespa/B3.

Em seguida foram acessados os sites das empresas escolhidas para obter as o Relatório de Sustentabilidade.

Com base nos dados levantados, foi feita uma análise dos Relatórios de Sustentabilidades alinhado ao objetivo e a questão de pesquisa.

4 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

4.1.1 Classificação adotada pela BM&FBOVESPA/B3

As empresas listadas na Bolsa de Valores BM&FBOVESPA/B3, a seguir denominada B3, são classificadas por: Setor, subsetor e segmentos. O quadro abaixo classifica os setores e seus respectivos subsetores.

Quadro 5: Classificação dos setores e subsetores

Grupo	Setor	Subsetor
A	Bens Industriais	Comércio, Construção e Engenharia, Máquinas e Equipamentos, Material de Transporte, Serviço e Transportes.
B	Consumo Cíclico	Automóveis e Motocicletas, Comércio, Construção Civil, Diversos, Hotéis e Restaurantes, Mídia, Tecidos. Vestuário e Calçados, Utilidades Domésticas e Viagens e Lazer.
C	Consumo não Cíclico	Agropecuária, Alimentos Processados, Bebidas, Comércio e Distribuição, Diversos, Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza.
D	Financeiro e Outros	Exploração de Imóveis, Holdings Diversificadas, Intermediários Financeiros, Outros, Previdência e Seguros, Securitizadoras de Recebíveis, Serviços Financeiros Diversos.
E	Materiais Básicos	Materiais Diversos, Mineração, Químicos, Siderurgia e Metalurgia.
F	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo, Gás e Biocombustíveis.
G	Saúde	Comércio e Distribuição, Equipamentos, Medicamentos e Outros Produtos, Serv.Méd.Hospit. Análises e Diagnósticos.
H	Tecnologia Da Informação	Programas e Serviços, Computadores e Equipamentos.
I	Telecomunicações	Telecomunicações.
J	Utilidade Pública	Água e Saneamento, Energia Elétrica e Gás.

Fonte: Elaborado pela autora com base na Bolsa de Valores/B3 (2017).

Para a presente pesquisa foram selecionadas empresas do setor de Consumo não Cíclico (grupo C do quadro 5), classificadas no subsetor de alimentos processados, especificamente do segmento de Carnes e Derivados. São seis empresas listadas na B3 do segmento de Carnes e derivados conforme pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 6: Empresas do segmento de carnes e derivados

SETOR	SUBSETOR	SEGMENTO	EMPRESAS
<u>Consumo não Cíclico</u>	Agropecuária Alimentos Processados Bebidas Comércio e Distribuição Diversos Produtos de Uso Pessoal e Limpeza	Açúcar e Alcool Alimentos Diversos Carnes e Derivados	BRF S.A. EXCELSIOR ALIMENTOS S.A. JBS S.A. MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. MINERVA S.A. MINUPAR PARTICIPACOES S.A.

Fonte: Elaborado pela Autora com base Bolsa de Valores B3 (2017).

O setor de consumo não cíclico é composto por empresas do setor alimentar, fumo, bebidas, saúde etc. Estas empresas são assim denominadas pois nas épocas de crise seus resultados são menos afetados quando comparados com as empresas de consumo cíclico. Ou seja, no setor de consumo não cíclico as empresas têm um faturamento mais homogêneo dentro do ano, diferentemente das empresas de consumo cíclico que possuem faturamentos diferenciados de acordo com a época do ano (MARIANO, 2013).

4.1.2 Segmento de Carnes e Derivados

O subsetor de alimentos processados listados na Bovespa é classificado por três segmentos. São eles: açúcar e álcool, alimentos diversos e carnes e derivados.

Segundo Cury (2017), o Brasil é hoje o segundo maior produtor de carne bovina e de frango do mundo e líder global em exportações de carne bovina. Em 2016, foram exportadas 6,7 milhões de toneladas de carne, que resultaram em um total de 14,211 bilhões de dólares para o país.

O segmento de Carnes e derivados é o principal em termos de faturamento no Brasil. Desde 2010 movimenta cerca de R\$133,1 bilhões ao ano e apresentou crescimento acumulado de 101,1% ou 14,5% ao ano, em média (FORMIGONI, 2017). Por este motivo a escolha das empresas deste segmento.

O estudo será feito com base no Relatório de Sustentabilidade do exercício de 2015 e 2016. Esse relatório é publicado anualmente nos sites das empresas permanecendo disponível para acesso ao público.

Em 2017 a B3 lançou a iniciativa “Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, que objetiva estimular a transparência das

estratégias e ações das companhias listadas em relação aos 17 ODS estabelecidos pela ONU. Por meio desta iniciativa, a companhia recomenda, a partir de 2017, que as empresas listadas informem, anualmente, por meio de breve pesquisa eletrônica, se elaboram relatório de sustentabilidade ou integrado levando em conta os ODS. Caso estas não o façam, a B3 solicita que essas empresas indiquem o motivo, escolhendo-o entre as opções que serão fornecidas (BM&FBOVESPA, 2017).

Das seis empresas listadas na B3, apenas 4 empresas possuem relatório de sustentabilidade. São elas: BRF S.A., JBS S.A., MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. e MINERVA S.A.

A seguir uma breve apresentação das empresas selecionadas para este estudo.

4.1.3 Empresas Selecionadas

4.1.3.1 BRF S.A

De acordo com o site da BRF (2017) a empresa foi fundada em 1934, em Videira (SC). É uma companhia de capital aberto, com ações negociadas no mercado de capitais há mais de 30 anos, com valor de mercado estimado em R\$ 38,5 bilhões.

A BRF produz produtos de diferentes categorias, como: presuntaria, embutidos, marinados, margarinas, sobremesas, pratos prontos congelados e carnes processadas e em cortes especiais. Comercializa através de marcas, como: Sadia, Perdigão, Qualy, Bocatti, Confidence, Vieníssima, Chester, Dánica, Perdix e Paty.

Com mais de 34 mil fornecedores, incluindo 13 mil produtores agropecuários integrados e 240 mil clientes e consumidores, conta, ainda, com mais de 110 mil empregos. O lucro líquido da BRF foi significativamente afetado de 2015 para 2016. Ao fim de 2016, houve um prejuízo líquido de R\$ 372 milhões, contra um lucro líquido de R\$ 2.928 milhões em 2015.

4.1.3.2 JBS S.A

Conforme o site da JBS (2017), a empresa foi fundada em 1953 na cidade de Anápolis (GO) por José Batista Sobrinho. É uma companhia de capital aberto, com ações negociadas na B3 – nova denominação adotada pela BM&FBovespa, com valor estimado R\$32,6 bilhões.

A JBS atua em setores relacionados com o seu negócio principal, como couros, biodiesel, colágeno, sabonetes, glicerina e envoltórios para embutidos. Possui, ainda, negócios de gestão de resíduos, embalagens metálicas e transportes, que atuam em sinergia com os outros negócios, além de atender a terceiros.

A JBS produz produtos que incluem, principalmente, carne bovina, suína e de aves, in natura e congeladas, além de alimentos preparados e processados. Sendo estes, comercializados através de marcas, como: Friboi, Seasa, Doriana, Excelsior, etc.

A organização conta com mais de 300 mil clientes sendo estes, varejistas de diversos tipos e portes, clubes de atacado e empresas do setor de food service. E, ainda, com mais de 235 mil colaboradores. A receita líquida de 2016 foi de R\$ 170,4 bilhões, um aumento significativo de 7,5 bilhões, equivalente a 4,6% superior a 2015.

4.1.3.3 Marfrig Global Foods S.A

A Marfrig Global Foods é uma multinacional brasileira, com sede na cidade de São Paulo. Constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto e com ações listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Suas atividades reúnem produção, processamento, industrialização, venda e distribuição de alimentos à base de proteína animal, além de outros produtos alimentícios variados, tais como vegetais congelados e sobremesas. No final do exercício de 2015, conta com mais de 30 mil colaboradores. Em 2015, as atividades consolidadas da Marfrig Global Foods geraram o valor adicionado distribuído na sociedade de R\$ 8,4 bilhões, montante 31,4% superior ao registrado em 2014.

4.1.3.4 Minerva S.A

De acordo com o Relatório de Sustentabilidade (2016) A Minerva S.A. foi fundada em 1992, pela família Vilela de Queiroz em Barretos (SP). É uma companhia de capital aberto, listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

A Minerva produção e comercializa carne in natura, couro e processamento de proteínas bovina, suína e de aves.

A organização conta com mais de 57 mil clientes, e 10mil fornecedores. E, ainda, com mais de 12.825 funcionários no Brasil e no exterior. No ano 2016 a receita líquida foi de R\$ 9.648,7 milhões, superior aos R\$ 9.524,8 milhões do ano anterior.

4.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

4.2.1 Explicação dos quesitos da NBC T 15

Conforme já mencionado no presente trabalho será utilizado a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental como base para o desenvolvimento do estudo de caso, observando apenas as informações relacionados ao meio ambiente. O quadro 7 a seguir mostra um detalhamento dos quesitos relativos à interação com o meio ambiente.

Quadro 7: Informações relacionados ao meio ambiente

QUESITO	DEFINIÇÃO DO QUESITO
A	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
B	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
C	Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
D	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
E	Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
F	Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
G	Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
H	Passivos e contingências ambientais.

Fonte: Elabora pela autora com base na NBC T 15 (2004)

Nos tópicos a seguir cada um dos quesitos serão analisados, afim de evidenciar se estes foram divulgados e de que forma, nos Relatório de

Sustentabilidade de cada empresa escolhida.

4.2.2 Obtenção dos Dados para a Pesquisa

Para a pesquisa foi realizado um levantamento de dados nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas escolhidas do período de 2015 a 2016. Os relatórios são publicados anualmente nos sites das empresas, são de fácil acesso e permanecem disponíveis para acesso ao público.

Foram analisados nesses relatórios, especificamente os quesitos voltados ao meio ambiente citados pela NBC T 15, já mencionado no Quadro 7, procurando abranger o maior número de informações possíveis. Os resultados encontrados são apresentados em tabelas de forma a possibilitar o melhor entendimento, também será acrescentado aos parágrafos de interpretação dispostos na sequência de cada ilustração informações adicionais para melhor compreensão.

Após análise de cada quesito será atribuído uma escala de 0 a 5 para avaliar a aderência das informações contidas nos relatórios de sustentabilidade sobre à quantificação do nível de divulgação das informações contidas na NBC T 15.

4.2.3 Análise dos Quesitos

4.2.3.1 Quesito A: Gastos para melhoria do Meio Ambiente

O quesito A trata dos investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente. Das quatro empresas analisadas, todas apresentaram em seus relatórios informações de valores gastos em melhorias do meio ambiente, com exceção da BRF S.A. A seguir apresenta-se a Tabela 1 com os valores divulgados de cada empresa.

Tabela 1 – Investimentos e gastos com melhorias do meio ambiente (R\$ milhões)

Empresas	2015	2016
BRF	-	-
JBS	716,60	855,20
MARFRIG	7,73	-
MINERVA	8,80	14,34

Fonte: Produção da autora

Nota-se que a empresa que mais investiu em melhorias com o meio ambiente foi a JBS S.A. Os custos e investimentos foram de R\$ 855,20 milhões no ano de 2016, um acréscimo de 19,34% comparando com o ano de 2015, ano em que ela investiu R\$ 716,60 milhões com melhorias.

Em termos de representatividade, considerando que em 2015 a receita líquida da JBS S.A foi de R\$ 162.914,5 milhões, o valor investido com melhorias do meio ambiente foi o equivalente a 0,4% da sua receita líquida. Já em 2016 a receita líquida foi R\$ 170,4 bilhões, tendo um valor investido em melhorias com o meio ambiente o equivalente a 0,5% da sua receita líquida.

Chama a atenção que, em 2016, parte dos R\$ 855,20 milhões gastos com melhorias no meio ambiente, R\$ 87,7 milhões foram investidos pelas operações da JBS no Brasil em adequações estruturais, incluindo compra de equipamentos. Além disso, foram desenvolvidas campanhas educativas direcionadas aos colaboradores, abrangendo treinamentos. Durante o ano, tiveram ênfase em aspectos relacionados a cuidados com as mãos, higienização segura e segurança no trânsito, entre outros.

Já a Minerva Foods, em 2015 investiu R\$ 8,80 milhões com melhorias do meio ambiente, o equivalente a 0,09% da sua receita líquida de R\$ 9.524,8 milhões. Comparando com o ano de 2016, a Minerva teve um investimento com melhorias do meio ambiente de R\$ 14,30 milhões, o que representa 0,15% da receita líquida do ano 2016 que fechou em R\$ 9.648,7 milhões.

A Marfrig Global Foods S.A, por sua vez, não apresenta o Relatório de Sustentabilidade de 2016. Analisando apenas o período de 2015, nota-se que das três empresas listadas a Marfrig foi a que menos investiu em melhorias com o meio ambiente. Em 2015, suas ações totalizaram R\$ 7,8 milhões, considerando que o lucro bruto consolidado em 2015 foi de R\$ 2,3 bilhões, o que equivale 10,8% do seu lucro que foram investidos com melhorias ambientais.

Conforme pode ser visto na tabela 1, a BRF não evidenciou em seu Relatório de Sustentabilidade, os valores gastos com melhorias do meio ambiente.

Se fosse avaliar em uma escala de 0 (zero) a 5 (cinco) a adequação das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade referente aos investimentos e gastos com melhoria do meio ambiente, de acordo com o quesito A da NBC T 15, das empresas analisadas, poderia se avaliar conforme o Quadro 8:

Quadro 8: Avaliação do quesito A

QUESITO	EMPRESA	NOTA
A	BRF	0
	JBS	4
	MARFRIG	3
	MINERVA	4

Fonte: Produção da autora

Do ponto de vista da autora, houve um empate com as à empresa JBS e Minerva, porém a entidade que mais evidenciou as informações contidas no quesito A em seu Relatório foi a JBS, pois ela além de apresentar os valores, também exemplificou no que foi investido.

4.2.3.2 Quesito B: Gastos com preservação e/ou recuperação de ambientes degradados

Este item inclui todos os investimentos e gastos com preservação e recuperação de ambientes degradados. Das quatro empresas analisadas, todas apresentam em seus relatórios informações de valores gastos com preservação e recuperação de ambientes degradados, com exceção das JBS S.A. A seguir apresenta-se uma tabela com os valores divulgados dos investimentos e gastos de cada empresa.

Tabela 2 – Investimentos e gastos com recuperação de ambientes degradados (R\$ milhões)

Empresas	2015	2016
BRF	197,22	249,00
JBS	-	-
MARFRIG	14,09	-
MINERVA	3,46	7,85

Fonte: Produção da autora

Nota-se que a empresa que mais investiu com preservação e recuperação de ambientes degradados foi a BRF S.A. Os investimentos em 2016 foram R\$ 249 milhões um aumento de 26,3% em relação ao ano de 2015 que foram investidos R\$ 197,22 milhões.

Em termos de representatividade, considerando que em 2015 a receita líquida da BRF S.A foi de R\$ 32,2 bilhões, o valor investido com preservação e

recuperação de ambientes degradados foi o equivalente a 1,63% da sua receita líquida. Já em 2016 a receita líquida foi R\$ 33,7 bilhões, tendo um valor investido com preservação e recuperação de ambientes degradados o equivalente a 1,51% da sua receita líquida. Conforme constatado no Relatório de Sustentabilidade da BRF S.A (2016, p.122):

A emissão de *green bonds* permitiu à Companhia aumentar a capacidade de investimento em projetos verdes, tendo como foco categorias como eficiência energética, energias renováveis, florestas sustentáveis, redução de emissão de gases de efeito estufa, gestão de água, embalagens, redução do uso de matéria-prima e gestão de resíduos.

A Marfrig Global Foods S.A, por sua vez, não apresenta o Relatório de Sustentabilidade de 2016. Analisando apenas o período de 2015, suas ações totalizaram R\$ 14,9 milhões, considerando que o lucro bruto consolidado em 2015 foi de R\$ 2,3 bilhões, o que equivale 1,54% do seu lucro foram investidos com preservação e recuperação de ambientes degradados. Conforme verificado no Relatório de Sustentabilidade da Marfrig Global Foods (2015, p.144):

Em 2015, os investimentos em ações para proteção ambiental totalizaram R\$ 7,8 milhões, considerando todas as empresas da Marfrig Global Foods. As iniciativas priorizaram tratamento e disposição de resíduos, tratamento de emissões, aquisição e manutenção de equipamentos, custos de limpeza, educação e treinamento e certificações externas de sistemas de gestão.

Já a Minerva Foods, em 2015 investiu R\$ 3,46 milhões com melhorias do meio ambiente, o equivalente a 0,03% da sua receita líquida de R\$ 9,52 milhões. Comparando com o ano de 2016, a Minerva teve um investimento com preservação e recuperação de ambientes degradados de R\$ 7,85 milhões, o que representa 0,01% da receita líquida do ano 2016 que fechou em R\$ 9,65 milhões. Conforme constatado no Relatório de Sustentabilidade da Minerva Foods (2016, p.72):

A Minerva mantém o programa corporativo de Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais, por meio do qual realizou, em 2016, a execução dos planos de ação desenvolvidos a partir dos levantamentos dos impactos em 100% de suas unidades industriais. A Companhia utiliza um software para gerir e monitorar planos de ação dedicados a minimizar interferências ambientais significativas.

Conforme pode ser visto na Tabela 2, a JBS não evidenciou em seu Relatório de Sustentabilidade os valores gastos com preservação e recuperação de ambientes degradados.

Se fosse avaliar em uma escala de 0 (zero) a 5 (cinco) a adequação das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade referente aos investimentos e gastos com preservação e recuperação de ambientes degradados, de acordo com o quesito A da NBC T 15, das empresas analisadas, poderia se avaliar conforme o Quadro 9:

Quadro 9: Avaliação do quesito B

QUESITO	EMPRESA	NOTA
B	BRF	3
	JBS	0
	MARFRIG	4
	MINERVA	4

Fonte: Produção da autora

Do ponto de vista da autora, houve um empate com as empresas Marfrig e Minerva, pois ambas empresas evidenciaram as informações contidas no quesito B em seus Relatórios, apresentarem os valores e também exemplificaram no que foi investido.

4.2.3.3 Quesito C: Gastos com a educação ambiental interna

Este item inclui todos os investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade. Das quatro empresas analisadas, apenas duas apresentam em seus relatórios informações de valores gastos com a educação ambiental interna. A seguir apresenta-se uma tabela com os valores divulgados de cada empresa.

Tabela 3 – Investimentos e gastos com a educação ambiental interna (R\$ milhões)

Empresas	2015	2016
BRF	-	-
JBS	-	-
MARFRIG	0,10	-
MINERVA	0,01	0,01

Fonte: Produção da autora

Conforme visto na Tabela 3, as empresas BRF e JBS não demonstraram efetivamente em seu Relatório de Sustentabilidade o valor gasto em educação ambiental interna.

Apesar da JBS não divulgar no RS os gastos com a educação ambiental para empregados ela enfatiza a saúde e segurança ocupacional como questões essenciais para o bem-estar dos colaboradores. Assim, consta no Relatório de Sustentabilidade da JBS S.A. (2016, p.80):

Em busca da melhoria contínua, há metas anuais de segurança específicas para toda a empresa e acompanhamento dos principais indicadores de segurança. O desempenho é relatado diariamente, semanalmente e mensalmente para as equipes de gestão, para que as decisões que afetam a saúde e a segurança sejam tomadas de maneira imediata.

A Marfrig Global Foods S.A., não apresenta o Relatório de Sustentabilidade de 2016. Analisando apenas o do período de 2015, os gastos com educação e treinamento interno foram R\$ 97,8 mil. Em termos de representatividade, considerando que no ano de 2015 o total de investimentos e gastos ambientais foi R\$ 29,5 milhões, o valor investido em educação ambiental interna equivale 0,33% do total de investimentos ambientais.

Já a Minerva Foods, em 2015 investiu R\$ 12.457,99 com educação ambiental interna, o equivalente a 0,13% da sua receita líquida de R\$ 9.524,8 milhões. Comparando com o ano de 2016, a Minerva teve um investimento com educação ambiental interna de R\$ 14.293,25, o que representa 0,15% da receita líquida do ano 2016 que fechou em R\$ 9.6448,7 milhões. Conforme constatado no Relatório de Sustentabilidade da Minerva Foods (2016, p.65): “A Companhia investe continuamente em programas e cursos de capacitação aos colaboradores para promover novos conhecimentos e estimular a eficiência e o engajamento na conquista das metas do planejamento estratégico”.

Se fosse avaliar em uma escala de 0 (zero) a 5 (cinco) a adequação das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade referente com educação ambiental interna, de acordo com o quesito C da NBC T 15, das empresas analisadas, poderia se avaliar conforme o Quadro 10:

Quadro 10: Avaliação do quesito C

QUESITO	EMPRESA	NOTA
C	BRF	0
	JBS	0
	MARFRIG	3
	MINERVA	4

Fonte: Produção da autora

Do ponto de vista da autora, a empresa que mais evidenciou as informações contidas no quesito C em seu Relatório foi a Minerva.

4.2.3.4 Quesito D: Gastos com a educação ambiental externa

Este item inclui todos os investimentos e gastos com a educação ambiental para a comunidade. Das quatro empresas analisadas, todas apresentam em seus relatórios informações de valores gastos com educação ambiental externa, com exceção das JBS S.A. A seguir apresenta-se uma tabela com os valores divulgados dos investimentos e gastos de cada empresa.

Tabela 4 – Investimentos e gastos com a educação ambiental externa (R\$ milhões)

Empresas	2015	2016
BRF	121,68	76,84
JBS	-	-
MARFRIG	7,04	-
MINERVA	1,12	0,18

Fonte: Produção da autora

A empresa que mais investiu em educação ambiental externa foi a BRF S.A. Os custos e investimentos foram de R\$ 121,68 milhões no ano de 2016, um acréscimo de 63,15% comparando com o ano de 2015, ano em que ela investiu R\$ 76,84 milhões.

Em termos de representatividade, considerando que em 2015 a receita líquida da BRF S.A foi de R\$ 32,2 bilhões, o valor investido educação ambiental externa foi o equivalente a 0,24% da sua Receita Líquida. Já em 2016 a receita líquida foi R\$ 33,7 bilhões, tendo um valor investido com a educação ambiental interna o equivalente a 0,36% da sua Receita Líquida

Conforme visto na Tabela 4, a empresa JBS não demonstraram efetivamente em seu Relatório de Sustentabilidade o valor gasto em educação ambiental Externa. Mas, apresenta no seu Relatório de Sustentabilidade (2016, p.29):

São promovidas, no Brasil, diversas ações voltadas a fomentar a reciclagem no País, que incluem treinamentos de catadores de materiais recicláveis e benfeitorias – em estrutura e equipamentos – de cooperativas e associações das quais participam. Dessa forma, a JBS contribui para o desenvolvimento de uma cadeia de oportunidades de negócios, por meio do fomento da profissionalização do setor da reciclagem, da redução de custos de produção – viabilizando a reciclagem de materiais que podem ser reaproveitados – e da geração de renda. Dessa forma, gera benefícios socioeconômicos e ambientais, em linha com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Já a Marfrig Global Foods S.A., não apresenta o Relatório de Sustentabilidade de 2016. Analisando apenas o do período de 2015, os gastos com educação ambiental externo foram R\$ 7.042,00 milhões. Em termos de representatividade, considerando que no ano de 2015 o total de investimentos e gastos ambientais foi R\$ 29,5 milhões, o valor investido em educação ambiental externa equivale 23,8% do total de investimentos ambientais. Conforme constatado no Relatório de Sustentabilidade da Marfrig Global Foods S.A (2015, p.104):

No Brasil, as principais iniciativas voltadas às comunidades são realizadas pelo Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz e por meio de apoio a projetos socioambientais direcionados ao desenvolvimento regional. A Companhia apoia também o trabalho voluntário de colaboradores que formam grupos para reformar escolas públicas ou realizar outras obras necessárias. Os voluntários atuam ainda em ações sociais coordenadas pelo Instituto.

Já a Minerva Foods, em 2015 investiu R\$ 1.118.681,93 com educação ambiental externa, o equivalente a 8,35% do total de investimento ambientais de 2015, que foi R\$ 13.391.387,76. Comparando com o ano de 2016, a Minerva teve um investimento com educação ambiental externa de R\$ 180 mil, o que representa 0,80% total de investimento ambientais do ano 2016 que foi R\$ 22.384.967,81. Conforme constatado no Relatório de Sustentabilidade da Minerva Foods (2016, p.65): “A Companhia contribui para o desenvolvimento social e econômico das regiões nas quais mantém operações na medida em que proporciona emprego e fomenta a geração de renda das comunidades”.

Se fosse avaliar em uma escala de 0 (zero) a 5 (cinco) a adequação das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade referente com educação ambiental externa, de acordo com o quesito D da NBC T 15, das empresas analisadas, poderia se avaliar conforme o Quadro 11:

Quadro 11: Avaliação do quesito D

QUESITO	EMPRESA	NOTA
D	BRF	0
	JBS	4
	MARFRIG	3
	MINERVA	4

Fonte: Produção da autora

Do ponto de vista da autora, a empresa JBS, foi a que mais evidenciou as informações contidas no quesito D em seu Relatório, pois, apresentou valores e exemplificou no que foi investido.

4.2.3.5 Quesito E: Gastos com outros projetos ambientais

Este item inclui os valores de investimento e gastos com outros projetos ambientais. Das quatro empresas analisadas, apenas a Marfrig apresenta no seu Relatório informações de valores gastos com outros projetos ambientais, como pode-se observar na tabela 5.

Tabela 5 – Investimentos e gastos com outros projetos ambientais (R\$ milhões)

Empresas	2015	2016
BRF	-	-
JBS	-	-
MARFRIG	0,61	-
MINERVA	-	-

Fonte: Produção da autora

A Marfrig Global Foods S.A., não apresenta o Relatório de Sustentabilidade de 2016. Analisando apenas o do período de 2015, os gastos com outros projetos ambientais foram R\$ 610,7 mil. Em termos de representatividade, considerando que no ano de 2015 o total de investimentos e gastos ambientais foi R\$ 29,5 milhões, o valor investido em educação ambiental externa equivale 2,11% do total de

investimentos ambientais. Conforme constatado no Relatório de Sustentabilidade (2015): Dos R\$ 610,7 mil gastos com outros projetos ambientais, R\$ 7,8 mil foram em pesquisa e desenvolvimento, R\$ 8,9 mil foram gastos com despesas extras com adoção de tecnologias mais limpas, além das convencionais e R\$ 594,0 mil em outros custos de gestão ambiental. Conforme constato no Relatório de Sustentabilidade da Marfrig Global Foods S.A (2015. p.105):

Uma das faces mais visíveis do engajamento da Marfrig Global Foods às práticas de sustentabilidade são os grupos de trabalho liderados ou integrados pela Companhia e suas unidades de negócio. Outros bons exemplos são os compromissos públicos, assumidos em parceria com as principais organizações mundiais de defesa da produção sustentável e de preservação da biodiversidade, os projetos socioambientais e os programas de fomento, amplamente reconhecidos por seus públicos de relacionamento.

Além disso, a Marfrig desempenha Projetos de desenvolvimento sustentável, como por exemplo, os listados a seguir:

- ✓ **CULTIVANDO ESPERANÇA:** Mais de 45 mil crianças de 40 escolas de todo o Brasil participam deste projeto voltado ao desenvolvimento de atividades rurais, teóricas e práticas sobre preparação da terra, cultivo, alimentação saudável e produção ambiental sustentável.
- ✓ **IMPULSO AGROPECUÁRIO:** Valoriza iniciativas para melhoria e criação de técnicas voltadas ao desenvolvimento sustentável da agropecuária. Prioriza temas como alimentação animal, insumos e equipamentos, além do treinamento de produtores sobre novas técnicas de produção intensiva de carne.

Já a BRF, mesmo não divulgando nenhum valor gasto com outros projetos ambientais, divulga em seu RS (2016) alguns projetos, como por exemplo:

Trabalhamos em diversas frentes para melhorar nossa performance, incluindo projetos de redução da água em equipamentos, modernização de infraestrutura e aplicação da filosofia Lean (produção enxuta) na higienização das fábricas, valorizando o controle de desperdícios sem nenhum prejuízo no campo sanitário. Por meio de ações como o reúso de água (evitando nova retirada no meio ambiente), a priorização de captação superficial (com maior renovabilidade do recurso), o tratamento da água residual para seu lançamento e a devolução de cerca de 95% da água captada ao meio ambiente (já que na

BRF não usamos água como matéria-prima), acreditamos trabalhar para posicionar a BRF como referência em performance ambiental em água.

Se fosse avaliar em uma escala de 0 (zero) a 5 (cinco) a adequação das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade referente a gastos com outros projetos ambientais, de acordo com o quesito E da NBC T 15, das empresas analisadas, poderia se avaliar conforme o Quadro 12:

Quadro 12: Avaliação do quesito E

QUESITO	EMPRESA	NOTA
E	BRF	0
	JBS	0
	MARFRIG	4
	MINERVA	0

Fonte: Produção da autora

Do ponto de vista da autora, a empresa Marfrig, foi a que mais evidenciou as informações contidas no quesito E em seu Relatório, pois conforme pode-se observar na Quadro 12, as demais empresas não evidenciaram os valores investidos.

4.2.3.6 Quesito F: Quantidade de processos ambientais contra a entidade

Este item inclui a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.

A BRF divulga em seu Relatório Sustentabilidade, que em 2016, foram 23 processos/ autuações administrativas/ judiciais sobre o assunto. Três estão arquivados e 20 em trâmite. Não foram efetuados, em 2016, pagamentos de processos judiciais/autuações administrativas com valores relevantes, ou seja, superiores a R\$ 150.000,00, durante o ano.

A JBS não demonstra em seu Relatório de Sustentabilidade a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.

Já a Marfrig, divulgou em seu Relatório, apenas que em 2015 não houve multas ou penalidades aplicadas à Companhia referente ao assunto Bem-estar Animal.

A Minerva, por outro lado, divulgou no Relatório (2016), que durante o período coberto, a Companhia contabilizou duas ações resultantes em multas significativas. Com base nos pareceres de seus consultores jurídicos externos, a Companhia não constituiu provisão de valores em relação aos processos ambientais em que está envolvida até a data-base de 31 de dezembro de 2016.

Deste modo, se fosse avaliar em uma escala de 0 (zero) a 5 (cinco) a adequação das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade referente a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade, de acordo com o quesito G da NBC T 15, das empresas analisadas, poderia se avaliar conforme o Quadro 13:

Quadro 13: Avaliação do quesito F

QUESITO	EMPRESA	NOTA
F	BRF	4
	JBS	0
	MARFRIG	2
	MINERVA	3

Fonte: Produção da autora

Do ponto de vista da autora, as empresas BRF e Minerva demonstraram em seus Relatórios o quesito F, ou seja, a quantidade de processos ambientais, porém, a BRF divulgou de forma mais detalhada esta informação.

4.2.3.7 Quesito G: Valores das multas e indenizações relativas a matéria ambiental

Este item inclui os valores das multas e das indenizações relativas a matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente. Das quatro empresas analisadas, nenhuma divulga em seu Relatório de Sustentabilidade valores ou informações sobre multas e indenizações relativas ao meio ambiente.

Se fosse avaliar em uma escala de 0 (zero) a 5 (cinco) a adequação das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade referente a gastos com outros projetos ambientais, de acordo com o quesito E da NBC T 15, das empresas analisadas, poderia se avaliar conforme o Quadro 14:

Quadro 14: Avaliação do quesito G

QUESITO	EMPRESA	NOTA
G	BRF	0
	JBS	0
	MARFRIG	0
	MINERVA	0

Fonte: Produção da autora

Do ponto de vista da autora, todas as empresas foram avaliadas com nota 0 (zero), pois nenhuma divulgou os valores gastos com multas e indenizações relativas ao meio ambiente.

4.2.3.8 Quesito H: Passivos e contingências ambientais

Este item inclui passivos e contingências ambientais. Conforme o CPC 25 (2009), os passivos contingentes podem desenvolver-se de maneira não inicialmente esperada. Por isso, são periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços se tornou provável. Se for provável que uma saída de benefícios econômicos futuros ou potencial prestação de serviços serão exigidos para um item previamente tratado como passivo contingente, uma provisão deve ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período no qual ocorre a mudança na estimativa da probabilidade (exceto em circunstâncias extremamente raras em que nenhuma estimativa suficientemente confiável possa ser feita).

Por exemplo, uma entidade do governo pode ter desobedecido a uma lei ambiental, mas não está claro se algum dano foi causado ao ambiente. Quando, subsequentemente, tornar-se claro que o dano foi causado e que a reparação será exigida, a entidade reconheceria uma provisão porque uma saída de recursos que envolva benefícios econômicos ou potencial prestação de serviços agora é provável. (CPC, 2009).

Das quatro empresas analisadas, apenas a Marfrig divulga em seu Relatório informações sobre passivos e contingências ambientais. Conforme consta no RS da Marfrig Global Foods S.A (2015. p.126):

As políticas de procedimentos com produtos perigosos incluem o monitoramento ambiental e a manutenção de planos de contingência específicos para cada tipo de ocorrência e de substância em caso de acidente. Eventuais ocorrências são registradas e submetidas a extensivo processo de avaliação de causas visando a estabelecer os ajustes necessários aos procedimentos vigentes. Em 2015, não foram registrados derramamentos ou vazamentos significativos de produtos perigosos em quaisquer das unidades da Marfrig Global Foods.

Se fosse avaliar em uma escala de 0 (zero) a 5 (cinco) a adequação das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade referente passivos e contingências ambientais, de acordo com o quesito H da NBC T 15, das empresas analisadas, poderia se avaliar conforme o Quadro 15:

Quadro 15: Avaliação do quesito H

QUESITO	EMPRESA	NOTA
H	BRF	0
	JBS	0
	MARFRIG	1
	MINERVA	0

Fonte: Produção da autora

Do ponto de vista da autora, a Marfrig, mesmo evidenciando em seu RS a o quesito H, não deixou claro a informação.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma análise individual dos quesitos, realizada anteriormente, optou-se em fazer um resumo para facilitar visualmente. Através da Tabela 6, é possível identificar qual empresa teve maior percentual de divulgação dos itens na NBC T15.

A última linha da Tabela 6, indica o percentual individual da divulgação dos quesitos no Relatório de Sustentabilidade de cada empresa, onde a pontuação máxima poderia ser de 40 (quarenta) pontos.

Tabela 6 - Avaliação dos quesitos conforme adequação da NBC T 15

Quesitos	BRF	JBS	Marfrig	Minerva	Total
A	0	4	3	4	11
B	3	0	4	4	11
C	0	0	3	4	7
D	0	4	3	4	11
E	0	0	4	0	4
F	4	0	2	3	9
G	0	0	1	0	1
H	0	0	1	0	1
Total	7	8	21	19	55
Percentual	17,5%	20%	52,5%	47,50%	

Fonte: Produção da autora

A partir da Tabela 6, é possível verificar que os quesitos que tiveram melhor evidência nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas escolhidas foram: **A**, **B** e **D**, estes somaram um total de 11 (onze) pontos cada um. Isso significa que as empresas priorizaram nos seus Relatórios de Sustentabilidade, informações e valores dos investimentos e gastos com melhoria ambiental, preservação e recuperação de ambientes degradados e com educação ambiental externa.

Já o quesito **G**, em nenhuma das empresas foi evidenciado, não obtendo nenhuma pontuação. Isso significa que nenhuma empresa divulgou valores das multas e indenizações relativas a matéria ambiental. O que chamou a atenção também, é que o quesito **H**, teve apenas 1 (um) ponto, ou seja, a única empresa que evidenciou valores informações sobre Passivo e contingências ambientais foi a Marfrig. Entretanto, acredita-se que por se tratar de grandes empresas é anormal não divulgarem tal informação no Relatório de Sustentabilidade.

Ainda na Tabela 6, observa-se a porcentagem de divulgação dos quesitos por empresa, em que a soma total do período poderia ser 40 (quarenta) pontos. No entanto, as quatro empresas analisadas evidenciaram apenas a metade do que era esperado. A empresa que mais evidenciou os quesitos em seu Relatório foi a Marfrig que obteve 21 (vinte e um) pontos, o equivalente a 52,5% de evidência. Já a empresa que menos divulgou os quesitos foi a BRF, que obteve 7 (sete) pontos, o equivalente a 17,5% de evidência. Isso significa que a Marfrig priorizou em seu relatório informações referentes a investimentos e gastos com preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e ainda gastos com outros projetos

ambientais.

Entretendo, o resultado encontrado não foi o esperado pela autora, pois acreditava-se com base nos estudos feitos de que o Relatório de Sustentabilidade, englobaria os assuntos relacionados ao meio ambiente, porém este quesito foi pouco evidenciado.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou um estudo sobre a Responsabilidade Social Empresarial e sua importância para as organizações no contexto atual, com base na análise do Relatório de Sustentabilidade, considerando a observância dos itens contidos na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T15), que trata da divulgação das informações de natureza social e ambiental.

Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa foi identificar com base nas evidências apresentadas no relatório de sustentabilidade das empresas do segmento de carnes e derivados, listadas na BM&FBOVESPA/B3, quais delas desempenha de maneira mais efetiva seu papel de Responsabilidade Social Empresarial.

O objetivo proposto foi atingido, primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema escolhido, também foi apresentado os grupos que compõem a NBC T 15, após foram escolhidas as empresas que fizeram parte da pesquisa e selecionado em seus sites os Relatórios de Sustentabilidade, neles, foram buscadas correspondências aos itens da dimensão do meio ambiente alinhado a NBC T 15.

Na análise entre teoria e prática, foi possível constatar nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas analisadas que estas não evidenciaram de forma efetiva o seu papel de Responsabilidade Social Empresarial no ponto de vista da autora. Na análise dos quesitos relacionados ao meio ambiente que rege a NBC T 15 pode-se observar que das empresas estudadas anteriormente, nenhuma divulgou mais de 50% de informações de natureza social e ambiental em seus Relatórios.

Apesar de alguns casos de empresas que divulgaram informações, estas mencionavam o valor total gasto na planilha de investimentos e gastos ambientais que compunha no seu Relatório, porém não demonstravam de forma esclarecedora em que exatamente foi o gasto e/ou investido. Talvez por este trabalho ter considerado apenas a observância dos itens contidos na NBC T 15 relacionado ao meio ambiente, é notável que existe uma carência de informações relacionados ao meio ambiente nos Relatórios.

Essa falta de evidência ambiental, na opinião da autora pode prejudicar a própria organização, pois cada vez mais os investidores estão procurando empresas que sejam altamente sustentáveis, e que estas, evidenciem em suas demonstrações

e Relatórios de Sustentabilidade, tais informações sendo elas positivas ou negativas em relação ao meio ambiente e no caso de impactos negativos, que divulguem projetos e maneiras que possam minimizar ou até mesmo extinguir estes impactos ao meio ambiente, assim tornando-se uma empresa socialmente responsável. Esta conclusão está alinhada com o que disse Azevedo (2006) que considera a sustentabilidade empresarial sendo aquela que procura considerar em suas ações as dimensões econômica, social e ambiental. Ou seja, a empresa continua visando o lucro, mas, passa a considerar o impacto de suas atividades no meio ambiente procurando amenizá-las de maneira eficiente, desempenhando ao mesmo tempo ações de cunho social, seja em benefício de seus funcionários ou da comunidade.

Por outro lado, por ser considerado uma ferramenta que expõe transparência e comunicação com as partes interessadas, pode-se dizer que os Relatórios de Sustentabilidade das empresas analisadas cumpriram com seu papel de divulgar seu desempenho sustentável e que de alguma forma possam ajudar a mudar a mentalidade, buscando o que faz sentido para os negócios em um mundo dinâmico, onde importa não somente o âmbito financeiro, mas também o econômico, o social e o ambiental. Este fecho alinha-se com o que disse a GRI (2017), elaborar relatórios de sustentabilidade consiste na prática de medir, divulgar e prestar contas, às várias partes interessadas, sobre o desempenho das organizações, visando atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável. Um relatório de sustentabilidade deve fornecer uma declaração equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade da organização nele representada, incluindo tanto as contribuições positivas, como as negativas.

Considerando que foram selecionadas empresas do setor de Consumo não Cíclico, classificadas no subsetor de alimentos processados, especificamente do segmento de Carnes e Derivados. Das seis empresas listadas na B3 do segmento de Carnes e derivados, apenas quatro empresas foram analisadas. Assim, esta foi a maior limitação encontrada para o desenvolvimento da presente pesquisa. A análise de mais empresas poderia ter contribuído para um melhor resultado do estudo.

É possível desenvolver novos estudos a partir desta pesquisa, para melhor reconhecimento e evidência da importância da Responsabilidade Social Empresarial. Também pode ser abordado o assunto nas maiores empresas poluidoras do mundo, verificando qual companhia desempenha de maneira mais efetiva seu papel de Responsabilidade Social, e também a análise de empresas de

outros segmentos listados B3. São diversos os enfoques que podem ser abordados dentro do assunto Responsabilidade Social Empresarial, permitindo a realização de inúmeros estudos, que venham a agregar conhecimento e experiência no meio acadêmico, científico e profissional.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, Anete et al. **Seleção de Investimentos: aspectos e ferramentas relevantes na perspectiva dos gestores**. Anais XXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Florianópolis, SC: Novembro, 2004.

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2005.

AZEVEDO, Ana Luísa Vieira de. **Indicadores de sustentabilidade empresarial no Brasil: uma avaliação do relatório do CEBDS**. Revista Iberoamericana de Economia Ecológica, Rio de Janeiro, vol. 5, p. 75 – 93, nov. 2006

BARBIERI, José Carlos, CAJAZEIRA, Jorge Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**. Saraiva, 11/2008.

BM&FBOVESPA – A nova bolsa. **Diversos**. 2017. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/. Acesso em: agosto 2017.

BRF, **Relatório de Sustentabilidade. 2016**. Disponível em: <<https://www.brf-global.com/responsabilidade-corporativa/meio-ambiente>>. Acesso em 9 de agosto de 2017.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. **Construindo o Saber: técnicas de metodologia científica**, 2 ed. Campinas, São Paulo, 1989.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.003/04. 16 Aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental**. Disponível em: www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc. Acesso em: 25 abril. 2017.

CPC. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos/Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>. Acesso em: 23 outubro 2017.

CURY, Teo. **Saiba quais são os maiores importadores da carne brasileira**. 2017. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/economia/saiba-quais-sao-os-paises-que-mais-importam-carne-brasileira/>>. Acesso em: 12 set. 2017.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**.3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FERREIRA, Luiz Felipe, TRÊS, Lucimara D. GARCIA, Gisele Eliete, B. JUNIOR, Francisco J., FERREIRA, Denize D. M. **Indicadores de Sustentabilidade Empresarial: uma comparação entre os indicadores do balanço social IBASE e relatório de sustentabilidade segundo as diretrizes da global reporting**

initiative GRI. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/>>. Acesso em: 03 maio 2017.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro.** 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 374 p.

FORMIGONI, Ivan. **Dados de crescimento da indústria de carnes no Brasil.** 2017. Disponível em: <<http://www.farmnews.com.br/analises/mercado/industria-de-carnes/>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de Caso – Fundamentação Científica; Subsídios para Coleta e Análise de Dados; Como Redigir o Relatório.** Atlas, 06/2009.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Diversos.** 2017. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 07 maio 2017.

GONÇALVES, Ernesto Lima. **Balço social: instrumental de avaliação de desempenho e correção do planejamento social na vida da empresa.** Balço social da empresa na América Latina. São Paulo: Pioneira, 1980.

HOSS, Osni; CASAGRANDE, Luiz Fernando; VESCO, Delci Grapegia dal, METZNER, Claudio Marcos. **Introdução à Contabilidade - Ensino e Decisão.** [s.i.]: Atlas, 2012.

INSTITUTO ETHOS - Empresas e Responsabilidade Social. **Diversos.** 2017. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: maio 2017.

IUDICIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana de. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação.** 5. ed. [s.i.]: Atlas, 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JBS, **Relatório de Sustentabilidade.** 2016. Disponível em: <<http://jbss.infoinvest.com.br/ptb/4069/JBS%20RAS%202016%20PT%20170502%20Final>>. Acesso em: 9 de agosto de 2017.

KRUGER, Silvana Dalmutt et al. **Práticas de Responsabilidade Social e Ambiental de Empresas Agroindustriais.** 2012. Disponível em: <<http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/175.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2017.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina Andrade. **Metodologia Científica,** 6ª edição. Atkas, 09/2011.

LOURENÇO, Alex Guimarães; SCHRÖDER, Deborah de Souza. **Vale investir em Responsabilidade social empresarial: Stakeholders, ganhos e perdas.** In: Responsabilidade social das empresas. São Paulo: Peirópolis, 2003. Cap. 3, p. 77-120.

MARFRIG, **Relatório de Sustentabilidade. 2015.** Disponível em: <<http://www.marfrig.com.br/pt/sustentabilidade>>. Acesso em 9 de agosto de 2017.

MARTINS, Eliseu. **Balanco social – idéia que merece permanecer.** Gazeta Mercantil. 18 set. 1997, p. A-3. Disponível em: <<http://www.kmpress.com.br/c0918a3ahtm>>.

MARIANO, Rafael. **Qual a diferença dos setores de consumo cíclico e não-cíclico?** 2013. Disponível em: <<http://ricoporacaso.blogspot.com.br/2013/04/qual-diferenca-dos-setores-de-consumo.html>>. Acesso em: 05 set. 2017.

MINERVA, **Relatório de Sustentabilidade. 2016.** Disponível em: <<http://portal.minervafoods.com/sustentabilidade#relatorio>>. Acesso em 9 de agosto de 2017.

MORCERF, Sônia de Oliveira. **Responsabilidade social empresarial – Uma ferramenta estratégica de gestão.** 2006. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/669_RESPONSABILIDADE_SOCIAL_EMPRESARIAL.pdf>. Acesso em: 14 maio 2017.

OLIVEIRA, José A. Puppim de. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Maisa de Souza. **BALANÇO SOCIAL: AVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES.** *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, São Paulo, v. 15, p.21-34, dez. 2004.

QUINTANA, Alexandre Costa, BRANDÃO, Claudinei Terra, COELHO, Daniela Miguel, PAIVA, Enio Borges de, RASIA, Kátia Arpino. **Balanco social: a resposta às novas exigências sociais.** 2007. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/07/acq.htm>. Acesso em: 20 de maio 2017

ROCHA, Thelma. **Gestão dos Stakeholders – Como Gerencias o relacionamento e a Comunicação entre a Empresa e seus Públicos de interesse.** Saraiva, 10/2010.

SAVITZ, Andrew Whiti, WEBER, Karl. **A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social em ambiental.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SUAVE, Ricardo, KROETZ, Marilei, BOFF, Marines Lucia, DA ROSA, Fabricia Silva, LUNKES, Rogério João. **Evidenciação ambiental: convergências e divergências em diferentes cenários de resultados segundo NBC T.15.** *Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí*, v. 1, n. 2, p. 53-64, 2012.

TINOCO, João Prudêncio. **Balço Social e o Relatório da Sustentabilidade**. Atlas, 08/2010.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social – Uma abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

VELLANI, Cassio Luiz. **Contabilidade e responsabilidade social: integrando desempenho econômico, social e ecológico**. Atlas, 09/2011.